

CIDADES E URBANISMO. UMA POSSÍVEL ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA*

Maria Stella Bresciani**

RESUMO

Considerar as cidades contemporâneas inhóspitas, violentas, quando não degradadas, ao compará-las à situação de um período anterior, por vezes não muito distante, tornou-se um lugar-comum. A experiência dos habitantes no dia a dia envolve problemas, de não pouca monta, a serem enfrentados. Violência e transtornos diversos nos deslocamentos entre casa e trabalho constituem partes da dimensão negativa do viver em grandes cidades. Os estudiosos do urbanismo e demais especialistas em questões urbanas, de seu lado, expõem continuamente a inversão do sentido original presente nas práticas de intervenção, remodelação e reurbanização de áreas já constituídas e no processo de urbanização de novas áreas. Este artigo busca mapear posições assumidas em análises críticas dos descompassos entre propostas e suas efetivas concretizações, e descompassos entre o saber especializado do urbanista e as expectativas dos moradores das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: *Cidadania. Cidade. Planejamento. Técnica. Urbanismo.*

Les réponses aux caracteres et aux problèmes de la ville contemporaine sont si variées qu'il devient difficile, sinon aux prix de quelques simplifications, d'en dessiner une carte. Une première approche vise à considerer la ville contemporaine et la ville industrielle qui l'a précédé comme des formes dégradées de la ville moderne, comme une simple déviation par rapport à une ligne de développement et à

* Este artigo é uma versão revisada da Crítica Bibliográfica apresentada como anexo ao Projeto Temático "Saberes eruditos e técnicos na configuração e reconfiguração do espaço urbano. Estado de São Paulo, sécs. XIX e XX" (Fapesp: 05/55338-0) que congrega Unicamp, PUC-Campinas, Unesp-Bauru e UAV de Veneza – Itália. É parte integrante de pesquisa apoiada pelo programa de Bolsa Produtividade do CNPq.

** Professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pelo Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, França) e pela École de Hautes Études em Sciences Sociales (França). E-mail: sbrescia@lexxa.com.br.

des équilibres atteints par la ville occidentale à la fin du XVIII^e siècle.
[...] Il y a là un refus de l'hétérogénéité, du côtoïement, du fragment
(SECCHI, 2006, p. 91).¹

Essa dificuldade em mapear as características e problemas da cidade contemporânea, sugere Secchi, leva ao desejo de volta à situação anterior, numa reprodução do passado que, anacrônica, viola o decurso do tempo. É impossível, afirma, reviver ou fazer sobreviver idéias, tradições e modos de construção que se opõem ao sentido da evolução das práticas sociais. A “restauração” seria, assim, “com frequência uma falsificação e um anacronismo [...] a conservação se torna pura invenção de um passado imaginário que nunca existiu. [...] o quadro de uma cena urbana esvaziada de seu conteúdo, odores, ruídos [...]”. Diferenciada desta, outra aproximação, por ele nomeada “neoclássica”, retoma conceitos das tradições do passado e não as formas e uma linguagem. Essa concepção, adotada por vários projetos contemporâneos, parte da premissa de que “a verdadeira tradição não se resume a ser testemunha de um passado superado, mas constitui força viva que anima o presente e lhe fornece informações” (SECCHI, 2006, p. 92).

Considerar as cidades contemporâneas inóspitas, violentas, quando não degradadas, ao compará-las à situação de um período anterior, por vezes não muito distante, tornou-se, entretanto, um lugar-comum. Certamente, a experiência dos habitantes no dia a dia envolve problemas, de não pouca monta, a serem enfrentados. Violência e transtornos diversos nos deslocamentos entre casa e trabalho constituem partes da dimensão negativa do viver em grandes cidades. Os estudiosos do urbanismo e demais especialistas em questões urbanas, de seu lado, expõem continuamente a inversão do sentido original presente nas práticas de intervenção, remodelação e reurbanização de áreas já constituídas e no processo de urbanização de novas áreas.

Os fluxos de crítica convergem num lugar-comum que causam certo desconforto pela banalização, mas que, entretanto, por sua ampla aceitação, estimulam e mesmo exigem respostas. Pesquisas de recorte espacial específico possibilitam verificar quando e como as intervenções se deram

¹ “As respostas às características e problemas da cidade contemporânea são tão diversas que se torna difícil traçar um mapa, sem incorrer em simplificações. Uma primeira aproximação considera a cidade contemporânea e a cidade industrial que a precedeu como formas degradadas da cidade moderna, um simples desvio da linha de desenvolvimento e de equilíbrios alcançados no final do século XVIII. [...] Há uma recusa da heterogeneidade, do contato, do fragmento” (tradução da autora).

por meio de dispositivos prescritos pelos legisladores apoiados no saber dos especialistas e supostamente apartadas dos interesses e necessidades dos habitantes. O procedimento desses especialistas daria lugar a um afastamento progressivo da sociedade. Levaria tanto à resistência ou recusa de parcela da população como a práticas alternativas, em geral à revelia da lei, de ocupação do solo e de urbanização selvagem, situação verificada na maioria das cidades, em particular nas grandes metrópoles. Vejamos qual a direção dessas críticas e quais os argumentos utilizados na defesa de posições nem sempre coincidentes.

Historiadores da arquitetura e do urbanismo, como Joseph Rykwert, denunciam os resultados perversos de ações originariamente orientadas para melhorar as condições de vida nas cidades, ações baseadas em teorias cujos horizontes estavam fixados na idéia da “boa cidade”.² Embora os considere válidos, ele não se dobra aos argumentos de ativistas, como a jornalista Jane Jacobs, que a seu ver, desde a década de 1950, “contrapõem a cidade arrumadinha sonhada pelos vários ‘desurbanistas’ e pensadores utopistas – de Ebenezer Howard a Le Corbusier – à cidade desorganizada e cheia de vida das ‘comunidades’”.³ E considera que:

a realidade do final do século XX na verdade opõe a cidade “projetada” – em que a primeira consideração é a forma urbana e a existência de algum diálogo com os habitantes – à cidade muito mais difusa e insidiosa das redes “organizadas” pelos engenheiros sanitaristas e de tráfego cujos interstícios são preenchidos pelos construtores e especuladores: a cidade da eficiência conduzindo ao lucro (RYKWERT, 2004, p. 330).

Sua crítica vai direto ao ponto crucial da questão ao definir o lucro ou o retorno financeiro como objetivo de qualquer atuação no tecido urbano, seja da parte de iniciativas urbanísticas ou de realizações arquitetônicas. Inclui também os programas de revitalização de partes degradadas das cidades resultantes das mudanças econômicas, hoje no núcleo da especulação imobiliária e do assim denominado processo de “renovação urbana” (RYKWERT, 2004, p. 330).

² RYKWERT (2004). O trabalho de Rykwert foi publicado originalmente na Grã-Bretanha por Weindenfeld & Nicolson e em Nova York pela Random House em 2000. A edição brasileira conta com um Epílogo não datado, mas escrito mais recentemente.

³ Rykwert indica o livro de Jane Jacobs, *The Death and Life of Great Cities*, de 1958, como um dos marcos iniciais da canalização da opinião pública frustrada diante dos abusos empresariais ou municipais, indicando, contudo, a formação de uma expressão crítica mais agressiva na década de 1970 (RYKWERT, 2004, p. 326).

Ancorado na idéia da “potência metafórica da cidade como representação social”, Rykwert polemiza com aqueles que avaliam isoladamente um edifício ou uma “estrutura elegante”, como é o caso de alguns arquitetos em relação à enorme roda-gigante instalada nas margens do Tamisa em Londres. Para ele,

construir não é apenas uma questão de “função + estética”, mas exige ser pensado em certa medida como uma representação (e, portanto, também como comentário) sobre os costumes da sociedade. Afinal, não se trata de um objeto isolado e sim como algo inscrito em um contexto físico o que exige avaliar a implicação metafórica de uma atração turística dominando o Parlamento [referindo-se ao *London Eye*], assim como a Trump Tower revestida de vidro preto em Nova York se agiganta sobre a sede das Nações Unidas.⁴

Ao estabelecer um vínculo ou inter-relação indissociável entre arquitetura e urbanismo na definição da forma/paisagem urbana ou configuração da cidade, Rykwert repassa os processos de urbanização, inclusive os mais recentes, de cidades e metrópoles de numerosos países que visitou e/ou estudou, atribuindo-lhes um vetor desconcertante: a competição pela exposição da grandeza de fortunas particulares e empresariais por meio do efeito estético expresso na monumentalidade dos edifícios, em altura e volume, com resultados freqüentemente de mau gosto. É extremamente irônico e instrutivo seu relato sobre o “festival de competição” entre magnatas norte-americanos que, inaugurado em finais do século XIX, definiu o perfil da cidade de Nova York. A competição intramuros desdobrara-se na intenção de superar Chicago que, embora detivesse a primazia da edificação de arranha-céus, ainda oferecia excesso de espaço para a construção de escritórios, e só após sucessivas revisões, teve em 1955 o limite de gabarito definitivamente eliminado.⁵

Rykwert alerta seus colegas de profissão, convencido da posição submissa e secundária hoje imposta aos arquitetos, transformados em “profissionais do *design*”, [como preferem ser denominados, diz ironicamente] “operando em grandes escritórios que lidam com muitos milhões (em diferentes moedas)”. Tais escritórios, prossegue,

⁴ A exposição sobre a importância da imagem da cidade enquanto metáfora social faz parte do Epílogo (RYKWERT, 2004, p. 374-377).

⁵ O relato da seqüência competitiva estende-se por várias páginas (Cf. RYKWERT, 2004, p. 291-311).

oferecem aconselhamento financeiro, levantamento de quantidade de orçamentos, engenharia de estruturas e de serviço, ou seja, tudo o que determina de fato a configuração de um edifício, enquanto o papel real dos arquitetos e decoradores fica limitado ao aconselhamento sobre o revestimento e a decoração das superfícies (vidros espelhados ou detalhes góticos, renascentistas, chineses ou de inspiração *art déco*) (RYKWERT, 2004, p. 324-325).

A posição crítica assumida por esse arquiteto e estudioso das cidades, publicado originalmente em 2000, se situa no final da seqüência de escritos nos quais, pelo menos desde a década de 1970, arquitetos e urbanistas vêm avaliando, ou melhor, reavaliando, a atuação dos especialistas em intervenções urbanas. Das mais marcantes críticas nessa seqüência e, talvez pioneira em relação a uma suposta onipotência ordenadora e prescritiva dos urbanistas, são as de Giulio Carlo Argan, escritas no final dos anos sessenta e início dos setenta.

Preocupado com os problemas e desafios colocados aos urbanistas atuais, Argan persegue uma questão intrigante em relação a certo descompasso entre a idéia (ou idealização) de cidade e o estar nela. Segundo ele, “os estudos urbanísticos de grande alcance [...] que chegam hoje ao ano 2000, data bastante próxima, prevêem a urbanização, se não a unificação urbanística de toda a face do globo terrestre, que viria assim a se configurar como um único sistema dinâmico de informação e comunicação”. Nessas projeções, diz, “elimina-se a região reservada às potências incontroláveis do mito e do sagrado”, a natureza. Elimina-se também “a fronteira, o espaço intermediário entre o habitado e o inabitável, a cidade e a selva, entre o espaço geométrico ou mensurável e a dimensão ilimitada, incomensurável do ser”. E como se sabe, prossegue Argan, “que as estruturas do espaço não estão na realidade objetiva, mas no pensamento que a pensa, a dedução é fácil: a cidade é a dimensão do distinto, do relativo, do consciente, do ego; a natureza sublime é a dimensão transcendente, do absoluto, do superego”.

Argan propõe a noção de “sublime” como chave para compreender a dimensão psicológica da experiência de se viver em cidades modernas.⁶ Trata-se de

⁶ Refiro-me aqui à “estética do sublime” tal como definida com base em fragmentos do texto do suposto Longinus, relida e comentada em meados do século XVIII por Edmund Burke em *A Philosophical Inquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful* (1756). In: **The Works of Edmund Burke**, v. I, Londres: G. Bell & Sons, Ltd., 1913, p 49-181. Edição brasileira: **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Campinas: Papirus; Ed. Unicamp, 1993. Tradução a partir da edição crítica de James T. Boulton (University of Notre Dame Press: Londres, 4. ed., 1986), que tomou como base a segunda edição (1759).

uma verdadeira inversão na forma de encarar a relação entre natureza e artefato. Afinal, a natureza foi concebida no passado como espaço não organizado, não protegido, espaço de fronteira, habitado por seres cuja natureza parecia incerta e ambígua, entre o humano e o animal e que, ao se estender para além do campo cultivado, chegava até a verdadeira natureza, selvagem, inimiga, inacessível, inviolada, freqüentada pelas feras, pelos gênios do bem e do mal e por Deus. É exatamente esse processo de inversão o centro das preocupações do autor, ou seja, o modo pelo qual, dessa natureza, lugar por excelência do sublime no tempo anterior à urbanização acelerada produzida pela industrialização, a noção se desloca para os domínios da cidade. Entretanto, o tema do “sublime” permanece na interpretação da cidade e do urbanismo como componente utópico e constitui, a seu ver, “a extrema ramificação da poética romântica”.

“O sublime ou transcendente” estaria, a seu ver, “subjugado pelo esforço tecnológico do homem”. Argan vê nisso uma estranha inversão de posições: “o mito do sublime e do terrífico, não mais representado pelas forças cósmicas, transfere-se para as forças tecnológicas, portanto humanas, que as submetem e utilizam”. Estranha inversão já que “as máquinas agem melhor do que suas mãos. Os computadores raciocinam melhor do que a sua cabeça”.⁷ Poder-se-ia dizer que a cidade, produto do homem por excelência, fugira ao seu controle, e seu espaço altamente complexo e agigantado teria atingido dimensões que escapam à compreensão humana.

Esses registros acompanham a avaliação crítica dos grandes centros urbanos há pelo menos meio século e sugerem que a concepção de cidade – uma imagem de cidade inscrita em nosso subconsciente, ainda que pouco nítida – não mais encontra correspondência na imagem de cidades que se tem diante dos olhos. Uma frase de Argan sobre a cidade moderna talvez diga de modo sintético esse desconforto:

A cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero. Se a cidade não se tivesse tornado a megalópole industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como no entanto são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana.

⁷ Refiro-me em especial aos artigos reunidos na coletânea **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. O trecho citado encontra-se no artigo “Urbanismo, Espaço e Ambiente” (ARGAN, 1993, p. 213-214).

Prossegue e lembra que o existencialismo dos Kierkegaard, Heidegger e Sartre, o materialismo marxista e as críticas duras de Horkheimer, Adorno e Marcuse não se justificariam se a cidade não tivesse se transformado no ambiente físico concreto, incontestavelmente opressivo e repressivo. E coloca a pergunta de modo direto: “Mas o que de fato aconteceu na cidade moderna?” (ARGAN, 1993, p. 214).

Ora, diz ele, sem dúvida, isto se deve em grande parte à redução “do valor do indivíduo, do *ego*; o indivíduo não é mais do que um átomo na massa”. Com essa redução elimina-se também “o valor da história de que o *ego* é o protagonista”, e “seu objeto correspondente, a natureza”. Nesse deslocamento de valor, “a realidade não é mais dada em escala humana, isto é, na medida em que pode ser concebida, pensada, compreendida pelo homem”, arrastando consigo uma inversão de posições em que as máquinas se sobrepõem aos homens e à habilidade de suas mãos. Suas palavras o aproximam a posições de Rykwert, quando este designa o campo da técnica aliada ao poder econômico como vetores da forma urbana. A aposta no poder transformador do binômio técnica + poder econômico na configuração das condições de vida urbana e molde disciplinador do cidadão seria uma das portas conceituais de entrada na “questão urbana” e elucida o uso das metáforas de monstros mecânicos para apresentar-representar a cidade moderna, industrial, como *locus* privilegiado da produção e reprodução do capital.

Essa aposta na potencialidade da técnica subjugua o homem ao ganhar aparente autonomia. No mundo atual, na opinião de Argan, a cidade “não pode mais ser considerada um espaço delimitado, nem um espaço em expansão; ela não é mais”, enfatiza o autor, “considerada espaço construído e objetivado, mas um sistema de serviços, cuja potencialidade é praticamente ilimitada” (ARGAN, 1993, p. 215).

A figura genérica inscrita nessa “aposta humana” refere-se à prática dos especialistas, responsáveis pelas intervenções urbanísticas e arquitetônicas, aliadas ou submetidas aos interesses do poder econômico e aos diversos saberes que constituíram o campo do urbanismo, do planejamento e das demais formas de intervir no território urbano. Desse modo, o argumento com os quais Argan, em outro texto – “O espaço visual da cidade” –, introduz e define a temporalidade de sua concepção de urbanismo parece esclarecedor: “O urbanismo é uma disciplina moderna. O passado praticamente ignorou

a figura e a atividade do urbanista, bem diferente da do arquiteto da cidade” (ARGAN, 1993, p. 240).

Ao expor seus argumentos, o autor retoma o tema de “Urbanismo, Espaço e Ambiente”, ou seja, daquilo que para ele distingue essa disciplina de qualquer outra. Não seria “certamente a qualidade dos seus conteúdos, mas o processo com que os elabora e os coloca em relação dialética entre si, os organiza em um sistema cujos diversos componentes dão lugar a uma resultante”. A resultante, entretanto, alerta Argan, “não é um quadro estatístico nem a representação sintética de uma situação social de fato; é um programa, um plano, um projeto tendo em vista a mudança de uma situação de fato reconhecida como insatisfatória”. Define assim o cerne dessa disciplina em sua aplicação prática: “Trata-se, porém, de saber o que e com que fim se programa, se planeja, se projeta”.

A preocupação com o uso genérico da palavra urbanismo, também se encontra em trabalho de Donatella Calabi (2000) e coincide com as preocupações contemporâneas de Bernardo Secchi e de Joseph Rykwert. Seu argumento centra-se na necessidade de manter nítida a diferença entre a “história da cidade”, a “história dos projetos urbanos” e a “história do urbanismo”, que acredita ter permanecido confusa até a década de 1960. A indefinição da disciplina estaria, para a autora, na ambigüidade que acompanha a história do urbanismo e na dificuldade dessa disciplina em demarcar seu começo. Afinal autores clássicos, cujos livros se tornaram manuais, confundiram urbanismo com cidade e iniciaram suas narrativas com as primeiras formações da “civilização urbana”, delas fazendo uma leitura baseada na noção de evolução acoplada à “história da civilização”. Do espaço construído do Antigo Oriente, do mundo clássico às regulamentações medievais, aos fundamentos do pensamento autônomo e racional da tratadística renascentista, à monumentalidade barroca, à simetria neoclássica, às grandes reestruturações dos oitocentos e à desordem urbana da época da industrialização, a narrativa constrói, nesses manuais, a “História da Cidade” e a ela faz aderir a “História do urbanismo”. Uma leitura aplainada e contínua que aplica os mesmos cânones à cidade antiga como à cidade moderna.

A posição de Calabi é explícita: concebe a temporalidade própria ao urbanismo como um arco cronológico que tem seus começos em meados do século XIX, quando os pressupostos disciplinares se organizam com a

ambição de formular um *corpus* definido sobre uma base explícita de “ruptura epistemológica” (CALABI, 2000, p. 14-15).⁸ A fim de esclarecer sua posição a respeito da *urbanística*, Calabi retoma definições de duas das maiores enciclopédias italianas:

Definido por Gustavo Giovannoni em 1935, o plano regulador comportaria a sistematização edilícia de uma cidade e a previsão do seu desenvolvimento futuro, isto é, a obra concreta e coordenada da “técnica” e da “arte urbanística”. Em 1937, a finalidade prática do urbanismo é para Luigi Piccinato (quase vitruvianamente) o que define normas para “a organização e o funcionamento da vida urbana, ao mesmo tempo bela, sã, cômoda e econômica”. Aproximadamente trinta anos depois (1966) Giovanni Castengo declara que o urbanismo é “a ciência que estuda os fenômenos em todos os seus aspectos com a finalidade de planejar seu desenvolvimento histórico, a renovação urbana, o trânsito de veículos, as zonas industriais e os espaços de lazer”; isola os problemas específicos e ressalta as diferenças em relação às técnicas do passado (que chamamos “arte urbana”), para acentuar as características inovadoras da urbanística (CALABI, 2000, p. 9-10).⁹

Calabi não se limita às definições desses três autores italianos e busca confirmação em Thomas Adam e sua definição expressa na *Encyclopedia of Social Science*:

o urbanismo (*town planning*) pode ser definido como a arte de planejar o desenvolvimento físico da comunidade urbana, com o objetivo geral de assegurar as condições de vida e de trabalho e promover o bem público. [...] como ciência o urbanismo pretende descobrir na cidade

⁸ Embora Calabi cite autores mais atuais, a prática de escrita de livros sobre o urbanismo definindo-o como prática ancestral encontra-se em manuais mais antigos como o de B. Ford, *L'Urbanisme en pratique. Précis de l'Urbanisme dans toute son extension. Pratique comparée en Amérique et en Europe* (Paris: Editions Ernest Leroux, 1920), publicado na Collection “Urbanisme”, Série C. Segundo o autor (p. 5): “L'Urbanisme remonte aux temps préhistoriques. Dans les premières huttes bâties l'une après l'autre, dans les deux premières grottes creusées dans le même rocher, dans le premier usage en commun des sentiers à travers la plaine, nous trouvons l'embryon du plan d'une ville”.

⁹ As citações que se seguem foram traduzidas pela autora deste artigo. “Il piano regolatore, così come lo definisce Gustavo Giovannoni nel 1935 comporta la sistemazione edilizia di una città e la previsione del suo sviluppo futuro, cioè l'opera concreta e coordinata della ‘tecnica’ e dell'arte ‘urbanistica’. Nel 1937, il fine pratico dell'urbanistica è per Luigi Piccinato (quasi vitruvianamente) quello di dettare norme per l'organizzazione e il funzionamento di una vita urbana che sia ad un tempo bella, sana, comoda ed economica’. Circa trent'anni dopo (1966), Giovanni Castengo dichiara che l'urbanistica è ‘la scienza che studia i fenomeni urbani in tutti i loro aspetti, avendo come proprio fine la pianificazione del loro sviluppo storico, il rinnovo urbano, il traffico veicolare, le zone industriali e le attrezzature per il tempo libero’; esula dai problemi specifici tutto il refanno risaltare le differenze con le tecniche del passato (che chiamano ‘arte urbana’), per accentuare i caratteri innovativi dell'urbanistica”.

a verdade sobre as condições econômicas, sociais e físicas. Como arte busca obter um compromisso, econômico, social, nos meios de comunicação, no uso do solo, nas construções e em outras estruturas (CALABI, 2000, p. 10).¹⁰

E apresenta sua própria definição:

Em suma, nessas definições o urbanismo é apresentado como disciplina relativa ao controle do crescimento e da transformação espacial dos assentamentos urbanos com pretensão científica e globalizante; propõe-se resolver os conflitos sociais, por meio de um projeto de organização técnica da cidade e de regulamentação do uso do solo, numa divisão lógica dos ambientes público e privado.¹¹

Confirma, assim, “que como disciplina autônoma, o urbanismo se formou na segunda metade do século XIX” em resposta aos problemas colocados pela industrialização, o crescimento populacional e o aumento do trânsito urbano em várias áreas do continente europeu, Conclui, pois, “foi configurada como um conjunto de instrumentos de projeto e organização do espaço físico urbano, capaz de traduzir práticas técnico-administrativas, ou seja, como ciência política” (CALABI, 2000, p. 10).¹²

A preocupação relativa à precisão semântica das palavras usadas em várias línguas e países sugere diferenças bem mais complexas do que mera escolha ocasional. Para o pesquisador interessado no urbanismo, disciplina formada para pensar e intervir na cidade por meio de um processo que sempre supôs e ainda supõe o debate e o diálogo entre vários saberes e especialistas de vários países, vale acompanhar a exposição didática de Calabi:

Em italiano o termo *urbanismo* ou *urbanesimo* (que corresponde ao francês *urbanisation*, ao inglês *urbanisation* e ao espanhol *urbanización*) designa a tendência ao crescimento de alguns centros urbanos pela incorporação

¹⁰ “L’urbanistica (*town planning*) può essere definita come l’arte di pianificare lo sviluppo fisico delle comunità urbane, con l’obiettivo generale di assicurare condizioni di vita e di lavoro e promuovendo il benessere pubblico, [...] come scienza l’urbanistica pretende di scoprire la verità nella città sulle condizioni economiche, sociali e fisiche. Come arte cerca di ottenere un compromesso, sia economico sia sociale, nelle vie di comunicazione, nell’uso del suolo, nella costruzione e nelle altre strutture”.

¹¹ “Insomma, in queste definizioni l’urbanistica è presentata come una disciplina tesa al controllo della crescita e della trasformazione spaziale degli insediamenti urbani con pretese scientifiche e globalizzanti; essa si propone di risolvere i conflitti sociali, mettendo a punto un progetto di organizzazione tecnica della città e di regolamentazione dell’uso del suolo, in una ripartizione logica degli ambiti pubblico e privato”.

¹² “sia configurata cioè come un insieme di strumenti di progettazione e organizzazione dello spazio fisico urbano, capaci di tradursi in prassi tecnico-amministrative, vale a dire come una scienza politica”.

de imigrantes; há, pois, um significado demográfico e social. A palavra *urbanizzazione* existe, mas de uso recente é empregada para designar a transformação do uso do solo agrícola em solo urbano; corresponde, portanto, ao inglês *development* (CALABI, 2000, p. 9-13).¹³

Quanto à genealogia da palavra italiana “urbanística” e suas correspondentes nas línguas européias, ela diz:

Em alemão, a construção do composto “Stadt-plan” (plano da cidade) e “Städte-bau” (construção da cidade usado, sobretudo, a partir das últimas décadas do século XIX) distingue a fase do estudo e da proposta de programa para a cidade, cuja realização (com todas as operações técnicas atinentes ao projeto e à construção) na Itália dá-se o significado geral de “urbanística”. Na língua inglesa, três matrizes (“urban”, “city”, “town”) estão simultaneamente na base de diversas derivadas, todas relacionadas com a nova disciplina: “to urbanize” significa transformar um sítio de modo a torná-lo urbano, “urbanisation” alude ao crescimento demográfico; “plan” ou “planning” refere-se à planta e ao projeto. No início do século, a expressão “town planning” substitui “city planning” (mais usado nos Estados Unidos), ou “city design”, ou “civic design” (relativo a um projeto desenhado e formalmente executado) e é consagrado na primeira série de leis urbanísticas inglesas, o Town Planning Act de 1909, além de uma série de iniciativas tomadas nesses mesmos anos. Mais reduzido do que o inglês, porém não tão esquemático como o alemão é o léxico francês. De “urbain” derivam as palavras “art urbain” e “urbanisation”. No começo do século XX, Marcel Poëte ativa os “études urbains” e a escola correspondente; a palavra “urbanisme” se fixa como ciência da evolução da cidade (CALABI, 2000, p. 9-13).¹⁴

¹³ “In italiano il termine *urbanismo* o *urbanesimo* (che corrisponde al francese *urbanisation*, all’inglese *urbanisation* e allo spagnolo *urbanización*) designa la tendenza di alcuni centri urbani a crescere, per inurbamento di immigrati; ha quindi un significato demografico e sociale. La parola *urbanizzazione* esiste, ma è di uso recente ed è impiegata per designare il cambiamento d’uso da suolo’ agricolo a suolo urbano; corrisponde dunque piuttosto all’inglese *development*”.

¹⁴ “In tedesco, la costruzione delle parole composte *Stadt-plan* (piano della città) e *Städte-bau* (costruzione della città usate soprattutto a partire dagli ultimi decenni del XIX secolo) distingue la fase dello studio e della messa a punto di un programma per la città, da quella della realizzazione (con tutte le operazioni tecniche attinenti alla progettazione e alla costruzione) cui in Italia diamo il significato generali di ‘urbanistica’. Nella lingua inglese, tre matrici contemporaneamente (*urban*, *city*, *town*) sono alla base di derivazioni diverse, che hanno tutte a che fare con la nuova disciplina: *to urbanize* significa trasformare un sítio in modo da renderlo urbano, *urbanisation* allude alla crescita demografica; *plan* o *planning* si riferiscono alla pianta e al progetto. All’inizio del secolo, l’espressione *town planning* prende il sopravvento su *city planning* (pui usato negli Stati Uniti), o *city design*, o *civic design* (riferiti soprattutto a un progetto disegnato e formalmente compiuto) ed è consacrato dall’approvazione della prima legge urbanistica inglese, il *Town Planning Act* del 1909, oltre che da una serie di iniziative prese in quei stessi anni. Più ridotto di quello inglese, ma non così schematico come quello tedesco è il lessico francese. Da *urbain* derivano le parole *art urbain* e *urbanisation*. All’inizio del Novecento, Marcel Poëte avvia gli *études urbains* e la scuola corrispondente; la parola *urbanisme* prende piede come scienza dell’evoluzione della città”.

Na França, a palavra *urbanisme* se mantém em uso nos estudos históricos e projetos urbanos com a fundação, em 1911, da *Société Française des Architectes-Urbanistes*.

Esclarece enfim que:

Na Itália, o uso do termo *urbanesimo* teve longa duração. Um primeiro congresso realizado em Turim, em 1926, teve o título de apontamentos para o “urbanesimo”; em 1927, na última página de um texto de Armando Melis sobre Turim, o termo “urbanesimo” é o mais frequente, ao lado de “urbanista” e “urbanística”, sendo que o último foi usado tanto como adjetivo como substantivo. Em 1931 se constitui em Roma o “Istituto Nazionale dell’Urbanistica” e em 1932 inicia-se a publicação da revista “Urbanistica” (CALABI, 2000, p. 14).¹⁵

Após precisar o significado e uso das palavras utilizadas para falar da teoria e prática de se pensar a cidade e o que nela ocorre para nela intervir, a autora adverte para a falta de clareza que ainda perdura no próprio campo de atuação:

Há uma ambigüidade de fundo que se nota ao percorrer os dicionários e as enciclopédias: na Itália, essa [atividade] é vista como apêndice dos estudos da engenharia ou da arquitetura, na França da geografia e na Inglaterra das ciências sociais, o que se reflete no ensino universitário; mas diz respeito também à profissão e às repartições municipais competentes (CALABI, 2000, p. 14).¹⁶

Assim, na ótica de Calabi, a indefinição do lugar acadêmico da disciplina cria problemas para a prática de intervenção nas cidades. A indefinição da “nova disciplina” urbanismo e de seu campo de atuação também preocupa Argan que a remete a seus começos plurais; ela se formara com “materiais da cultura precedente”. No desdobramento dos campos conceituais imbricados no saber dos especialistas e na própria prática urbanística confirmar-se-ia seu débito a saberes anteriores e, vale dizer, à pluralidade de seus saberes constituintes. A

¹⁵ “In Italia l’uso del termine ‘urbanesimo’ è durato a lungo; nel 1926 un primo congresso tenutosi a Torino è intitolato appunto all’urbanesimo; nel 1927 nelle ultime pagine di un testo di Armando Melis su Torino, accanto al termine urbanesimo nominato più volte, compaiono il termine ‘urbanista’ e ‘urbanistica’, quest’ultimo usato sia come aggettivo, che come sostantivo. Nel 1931 viene costituito a Roma l’Istituto Nazionale dell’Urbanistica e nel 1932 inizia le pubblicazioni la rivista ‘Urbanistica’”.

¹⁶ “pesa un’ambiguità di fondo che si nota percorrendo i dizionari e le enciclopedie: essa [attività] è vista come appendice degli studi di ingegneria o di architettura in Italia, della geografia in Francia, o delle scienze economico-sociali in Inghilterra, il che si riflette sullo stesso ordinariamente dell’insegnamento universitario; ma attiene anche alla professione e alle ripartizioni cittadine competenti”.

reunião de saberes, entretanto, acarretara o que Argan e Calabi consideraram a “preocupante ambigüidade metodológica” decorrente da indefinição do estatuto disciplinar do pensamento e da prática urbanísticas.

Arte ou ciência, economia, sociologia, política, tecnologia: onde localizar esse saber cujo objeto parece se impor de maneira tão óbvia ao olhar? Nem arte – como as cidades concebidas como uma única e grande arquitetura pelos teóricos da Renascença; nem ciência – atrelada a um conjunto de leis objetivas e constantes; nem o momento prático da sociologia, da economia ou da política, pois aplicáveis sob o aspecto da tecnologia. O urbanismo não se conformaria ao perfil de nenhuma dessas disciplinas. O urbanismo, para Argan, constitui uma disciplina nova que pressupõe a superação desse esquema. Sua posição é categórica. Afirmar ser ultrapassado o debate entre ser arte ou ciência. Aponta coexistir junto ao componente científico, presente nas análises rigorosas sobre a condição demográfica, econômica, produtiva, sanitária e tecnológica dos agregados sociais, a participação de outras áreas, tais como, a sociologia, a história e a estética, quando na prática considera as situações sociais e determina a estrutura das formas (ARGAN, 1993, p. 211).

A pluralidade fundante de um campo de saber ou de saberes sobre a cidade não constitui uma preocupação atual. Coincide com as definições encontradas nas Enciclopédias de Higiene e de Medicina Pública e nos Tratados de Higiene Social de finais do século XIX, em cujas páginas se encontram as bases conceituais do urbanismo. No Prefácio do *Traité d'Hygiène Sociale* (1888), o médico Jules Rochard, membro do Comitê de Higiene pública e de Salubridade do Sena, afirmava o amplo alcance da área de conhecimento à qual dedicava cerca de 700 páginas: “Nada interessa mais às nações do que a saúde pública; a higiene é, pois, a ciência social por excelência. Ela diz respeito a todos os problemas da vida dos povos. Tem conexões diretas com a administração e a economia política” (ROCHARD, 1888, p. I).¹⁷ No primeiro capítulo, ao tratar especificamente da higiene social como profilaxia sanitária, o médico define seu campo de atuação como sendo “uma ciência bastante nova”, impulsionada no século XVIII pelo esforço de uma plêiade de homens geniais envolvidos com o movimento das artes, das ciências e da indústria.

¹⁷ No original: “Les nations n’ont pas de plus grand intérêt que celui de la santé publique; l’hygiène est donc la science sociale par excellence. Elle touche à tous les problèmes qui concernent la vie des peuples. Elle a les connexions les plus directes avec l’administration et l’économie politique”.

Nos argumentos do *Traité*, Rochard não se limita a fazer referências à física, à química, à fisiologia e à economia social; esclarece que os médicos haviam recorrido aos engenheiros, arquitetos, físicos e químicos para constituir comitês e colocar em prática os resultados de suas pesquisas e os pressupostos sanitários (ROCHARD, 1888, p. 1, 15-16). A grande difusão das noções de higiene e o interesse despertado entre especialistas convergiram na constituição de sociedades de higienistas, na realização de congressos internacionais e em publicações especializadas. A série de reuniões permite a Rochard afirmar que a “era dos congressos internacionais fora inaugurada na Bélgica em 1851”. Novamente Bélgica em 1876; 1878 Paris; 1880 Turim, 1882 Genebra; 1884 Haia; 1887 Viena 1887. Estavam previstos outros dois encontros: 1889, em Paris como parte da Exposição Internacional, e 1891 em Londres (ROCHARD, 1888, p. 10-11).

Três anos depois, outros especialistas colaboraram com Rochard na produção de uma *Encyclopedie d’Hygiène et de Médecine Publique*, da qual o Livro III traz uma série de técnicas de saneamento das cidades (Cf. ROCHARD, 1891). Tabelas, estatísticas, pesquisas de solo, planos de alargamento de ruas e pavimentação, plantas de edificações particulares e públicas, manuais de construção em uso em vários países, bem como a definição e o detalhamento dos equipamentos urbanos subterrâneos e das vias públicas são detalhadas nas mais de 800 páginas desse trabalho, com a finalidade declarada de nortear procedimentos para tornar as cidades saudáveis. No que se refere à questão das palavras, merece registro o deslocamento e resignificação de termos médicos para denominar, por exemplo, as grandes ruas com a palavra “artéria”, já que teriam a finalidade precípua de proporcionar a circulação, ou então comparar a cidade a “um ser coletivo gigante”, um “organismo complexo”, portanto sujeita a “patologias” próprias, diferentes das “patologias” rurais (Cf. ROCHARD, 1891, p. 53, 2).

A *Encyclopedie* e o *Traité* de Jules Rochard constituem trabalhos subsequentes a estudos e pesquisas anteriores desenvolvidos desde a década de 1820, pelo menos. Eram, em geral, trabalhos de médicos voltados para questões das doenças endêmicas ou relacionadas a atividades profissionais, à poluição das águas dos rios urbanos por determinadas indústrias como a do preparo do couro e tingimento de tecidos, à questão dos esgotos e, depois de 1832, ao reaparecimento do cólera-morbus em numerosas cidades européias. Na França, o médico Alexandre-Jean-Baptiste Parent-Duchatelet se destacou por incentivar e realizar pesquisas sobre esses vários aspectos da higiene urbana. Apresentou 29 relatórios, alguns bastante alentados, sobre higiene pública, publicados em 1836, ano de sua morte, em dois

tomos de mais de 500 páginas cada um (PARENT-DUCHATELET, 1836). Não que as preocupações com as condições de higiene das cidades surjam nas décadas iniciais do século XIX. Questões relativas às “emanações corruptoras” e prejudiciais à saúde estavam já presentes em escritos de médicos e arquitetos do século XVIII. Vicq D’Azir em seu *Essai sur les lieux et les dangers des sépultures* defendia em 1778, com base na teoria miasmática, a transferência dos cemitérios para fora dos muros das cidades. Completando suas preocupações higienistas, D’Azir propunha ainda medidas preventivas a respeito de áreas pouco arejadas ou próximas a várzeas e sujeitas a inundações periódicas. Antes dele, o arquiteto Pierre Patte fundamentara, também na teoria miasmática, seus escritos sobre as intervenções nas cidades propondo medidas higiênicas com a finalidade de livrar as cidades de atividades nocivas e ruidosas. Suas *Mémoires sur les objets les plus importants de l’Architecture*, de 1769, apresenta as condições necessárias para se estabelecer uma cidade salubre, dentre elas, a escolha do sítio apropriado em termos funcionais e de salubridade.¹⁸ Embora as *Mémoires* contenham propostas precursoras das intervenções realizadas na primeira metade do século XIX, suas prescrições evidenciam a orientação dos preceitos vitruvianos, presentes ainda na edição de 1780 do verbete “ville” da *Encyclopedie. Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers* dirigida por Diderot e D’Alambert.¹⁹

Estas preocupações higiênicas marcadas pelas teorias miasmáticas sofreriam, como enfatiza Jules Rochard, o impacto do reaparecimento do cólera nas cidades européias em 1832, reaparecendo ainda em 1884. O surto epidêmico assustador, pelo número de pessoas atingidas e pelo alto índice de casos fatais, levava as autoridades públicas a formarem comissões para avaliar as causas da epidemia até então considerada uma praga inerente às cidades medievais, com suas ruelas estreitas e sujas. Entretanto, as pesquisas realizadas na cidade de Paris haviam revelado, diz Rochard, “cruéis descobertas”: a comissão liderada por Littré constatara uma morte para cada 32 habitantes na parte baixa do bairro da Sorbonne, “onde as ruas eram estreitas, e a população indigente vivia amontoadá”.²⁰

¹⁸ Remeto para o trabalho de SALGADO (2003), no qual consta o texto de Pierre Patte, “Considerações sobre a organização inadequada das cidades e sobre meios de corrigir os inconvenientes aos quais elas estão sujeitas”, traduzido por Ivone Salgado e Beatriz Bueno a partir do original de *Mémoires sur les objets les plus importants de l’architecture* (1769).

¹⁹ “VILLE. (Archit. Civile) Ce qu’il faut observer dans la construction d’une ville pour qu’elle soit belle. XVII, 277. Auteurs à consulter pour la manière de distribuer les rues dans les Villes de guerre. Règlès à observer, selon Vitruve en batissant une ville”. Cf. os comentários de ANSAY; SCHOONBRODT (1989, p. 155-157). Sobre Vitruvius, ver Marco Vitruvio Pollione, *De Architectura*. Pádua, 1997 (1. ed. 1990), edição bilingüe latim-italiano, Livro I, cap. IV, p.29-39.

²⁰ ROCHARD (1888, p. 34-35, 133-137); ROCHARD (1891, p. 319-320).

Na Inglaterra, coube ao jurista Edwin Chadwick a tarefa de coordenar uma ampla pesquisa cujos resultados relatados no *Report on the Sanitary condition of the labouring population of Great Britain*, de 1842, e confirmados pelos documentos parlamentares de 1843 e 1845, puseram em evidência as péssimas condições dos bairros habitados pelos trabalhadores.²¹ Rochard, que lembrava aos leitores ser a Inglaterra o país que primeiro aplicara dispositivos para sanear suas cidades, descreve com cores sombrias a situação encontrada por Chadwick e os parlamentares ingleses:

As casas e os pátios, não só não dispunham de canais de evacuação, mas por vezes nem mesmo tinham latrinas. O conteúdo dos regos e esgotos mal construídos não tinha vazão. Montes de lixo de proveniência diversa e imundices de todo tipo amontoavam-se nos pátios e porões. Raramente eram recolhidos, assim como a lama das ruas, então mal calçadas ou sem calçamento. Era grande a sujeira nas casas atravancadas (ROCHARD, 1891, p. 22).²²

Nenhuma prescrição da polícia local se responsabilizava por esses bairros; o mesmo ocorrendo com as ruas principais. Pode-se imaginar facilmente qual seria o estado da saúde dos habitantes desses imóveis. A comissão inglesa concluía ser a mortalidade urbana proporcional à densidade da população, e que, *ceteris paribus*, o número da mortalidade dependia da aeração dos locais e dos meios de eliminar a sujeira. Tratava-se, pois, felizmente de “Nuisances” (elementos prejudiciais) evitáveis (ROCHARD, 1891, p. 21-24).²³

Rochard relata ainda a resistência dos proprietários, apoiados pela justiça, e dos clérigos que, na qualidade de guardiões das tradições, prescreviam o jejum como remédio contra o cólera. Considerou, entretanto, mais preocupante a resistência dos próprios pobres acostumados à sujeira e pouco afeitos ao uso de latrinas para suas necessidades fisiológicas. Por outro lado, o médico expõe e elogia

²¹ Remeto ao artigo de François Béguin (1931) e às informações preciosas que oferece para a relação entre o cólera e a formação do pensamento sobre a cidade e as decorrentes transformações. Artigo publicado originalmente em *Recherches* n. 29, dezembro de 1977. Os documentos são: Chadwick. *Report to her Majesty's principal secretary of state for the home department from the poor law commissioners on an inquiry into the sanitary condition of the Labouring population of G.B.*, Londres, 1842; *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns populous districts*, Londres, 1844; *Second report...*, Londres, 1845.

²² “Les maisons et les cours, non seulement n’avaient pas de canaux d’évacuation, mais quelquefois même n’avaient pas de latrines. Le contenu des rigoles et des égouts mal construits n’avaient souvent pas d’écoulement. Des monceaux d’ordures de toute provenance et d’immondices de toute sorte s’entassaient dans les cours et les caves. On les enlevaient aussi peu que la boue des rues, alors mal ou point pavées. La malpropreté était turgide dans les maisons encombrées”.

²³ “Aucune ordonnance de police locale ne s’occupait de ces quartiers; il n’y avait de prévisions que pour les rues principales. On se figure aisément de ce qu’était la santé des habitants de ces immeubles. La commission anglaise concluait: que la mortalité urbaine est proportionnelle à la densité de la population, mais que, *ceteris paribus*, le chiffre de la mortalité dépend de l’aération des locaux et des moyens d’éloigner la malpropreté. Il s’agissait, donc, heureusement, de ‘Nuisances’ évitables”. Observações sobre Londres e outras cidades européias constam, entre vários outros estudos, em Calabi (1979), e Morachiello; Teysot (1980).

as medidas legais do governo inglês destinadas a romper a inércia das pessoas: o *Towns improvement clauses Act* e o *Commissioners clauses Act* de 1847, somados ao *Public Health Act* de 1848, haviam instituído a administração sanitária centralizada e tornado obrigatória a aplicação das leis sanitárias em todas as localidades nas quais um décimo dos contribuintes assim o quisesse ou naquelas cuja mortalidade nos últimos sete anos tivesse ultrapassado a relação 23 por 1000. Sem deixar de reconhecer a morosidade da aplicação dos dispositivos legais Rochard contrapõe alguns dos bons resultados obtidos em Londres, onde se suprimira, até 1854, 30.000 fossas fixas particulares, aos equivocados e tateantes procedimentos dos especialistas e autoridades públicas por conduzirem os esgotos sem nenhum tratamento para o rio Tamisa poluindo-o de tal maneira que, na época da seca, ocasionava a interrupção das sessões do Parlamento devido ao insuportável mau cheiro. Só perante essa situação limite se iniciaram em 1860 os trabalhos de interceptação dos esgotos, de coletores e reservatórios (ROCHARD, 1891, p. 23).

A despeito das dificuldades interpostas aos preceitos sanitaristas, Rochard reconhece a ação benéfica das intervenções que, na segunda metade do século, haviam executado um enérgico remanejamento das cidades e de seu subsolo em consonância aos preceitos da higiene e observa: “Elas perderam talvez em pitoresco, mas ganharam como é justo e inevitável em beleza real, se a beleza pressupõe a limpeza” (ROCHARD, 1891, p. 23-24).²⁴

Descreve os grandes trabalhos de intervenção nas cidades em seus delineamentos gerais como tarefa adstrita ao âmbito da engenharia sanitária:

Nossos edis atacaram deliberadamente esses maciços de construções altas entrecortados de ruas estreitas e tortuosas pelas quais nem ar nem luz penetram. Os muros viscosos, os corredores escuros, os andares térreos imundos foram destruídos. Em seu lugar se dispõem ruas ensolaradas, bulevares arborizados cercados de casas, ainda profundas e altas demais, [...] Isto acontece em Paris, Londres, Berlim e nas cidades do interior que se orgulham de terem individualidade científica, artística, comercial, ou outras (ROCHARD, 1891, p. 24).²⁵

Rochard enfatiza a importância das modificações realizadas na superfície do solo e do subsolo como avanço da técnica em substituição às antigas

²⁴ “Elles y ont peut-être perdu en pittoresque, mais elles y ont gagné, comme il est juste et comme c’est inévitable, en beauté réelle, si tant est que la beauté implique d’abord la propreté”.

²⁵ “Nos édiles ont attaqué délibérément ces massifs de hautes bâtisses, entrecoupés de rues étroites et tortueuses par lesquelles l’air ni la lumière ne pouvaient plus pénétrer. Les murs visqueux, les corridors obscurs, les rez-de-chaussée crasseux, ont été jeté aux décombres. A leur place s’allongent des larges rues ensoleillées, des boulevards plantés d’arbres, bordés de maisons qui l’on fait encore trop profondes et trop hautes, [...] Cela se voit à Paris, à Londres, à Berlin, et dans les villes de province qui se piquent d’avoir une individualité scientifique, artistique, commerciale, ou autre”.

prescrições vitruvianas. Detém-se no processo pelo qual os engenheiros de Londres arrasaram colinas e realizaram trabalhos de canalização subterrânea dos esgotos, louva a eficácia dos *intercepting sewers* e do sistema de *tout à l'égout*, exemplo seguido por outras cidades. Completa seus comentários afirmando que, em poucos anos, toda a imensa superfície de Londres fora atravessada por dutos subterrâneos. Em Paris a situação sanitária ganhara com Belgrand o traçado das linhas mestras do saneamento e das galerias de esgoto; contando a cidade, em 1891, com cerca de 800 km de esgotos, ainda restando 300 km a serem construídos. Rochard traz também os procedimentos inadequados em uso em cidades do Novo Mundo que despejam seus esgotos sem tratamento nos rios, quando poderiam agir diferentemente das cidades de origem antiga, pois implantadas em tempo recente, com ruas largas e regularidade no traçado urbano. Critica ainda as autoridades de várias cidades marítimas por adotarem a péssima solução de despejar no mar o material coletado pelos esgotos e nomeia várias que se encontravam nessa situação: Marselha, Toulon, Havre, Nápoles e Rio de Janeiro. Por outro lado, lista em detalhes os melhoramentos introduzidos nas grandes cidades européias para a canalização e distribuição de água potável e a coleta de esgotos; considera exemplares as circunstâncias propícias de cidades norte-americanas próximas à costa Atlântica por capturarem água pura em lagos naturais ou artificiais e mostra a importância da iniciativa das autoridades desse país ao definir o plano para edificar novas cidades a partir do sistema de canalização. Embora os resultados já alcançados não mereçam dele aprovação generalizada, há sem dúvida em Rochard um otimismo declarado em relação às possibilidades oferecidas pela ciência e pela técnica às autoridades públicas e à população em geral (ROCHARD, 1891, p. 24-32).

A coletânea *The Victorian City. Images and Realities*, editada por H. J. Dyos e Michael Wolff constitui uma contribuição indispensável para se adentrar o universo das preocupações das autoridades inglesas em relação a questões de salubridade, intervenções nas cidades, infra-estrutura urbana, habitações operárias e condições de vida dos trabalhadores (DYOS; WOLFF, 1975). A documentação utilizada pelos autores que colaboraram na coletânea confirma a pluralidade de áreas do conhecimento envolvidas na avaliação crítica das condições de vida nas cidades inglesas do século XIX, e em particular na metrópole, Londres. Preocupações com os cortiços (os termos usados são *slums* e *rockerries*) aparecem em documentos parlamentares e em escritos de

teor variado já nas décadas de 1810 (*Flash Dictionary*, de J. H. Vaux, de 1812) e 1820 (*Life in London*, de Pierce Egan, de 1821), persiste em meados do século (*The Rookeries of London: Past, Present, and Prospective*, de Thomas Beames, de 1851) são ainda publicados no final do século em livros como *London Rookeries and Colliers' Slums*, de Robert Williams de 1893 e início do século XX em *The Housing Problem in England: Its statistics, legislation and policy*, de E. R. Dewsnap (Manchester, 1907), *Practical Housing*, de J. S. Nettlefold (Petchworth, 1908) e *The Sanitary Evolution of London*, de Henry Jephson, de 1907 (DYOS; REEDER, 1975; WOHL, 1975).

Além das preocupações com a infra-estrutura urbana e a moradia da classe operária os estudos concernentes ao aspecto insalubre das condições de trabalho, instalações e processos de produção, mantêm o interesse de médicos higienistas no decorrer do século XIX, dando lugar a textos volumosos, como o *Traité d'Hygiène Industrielle et Administrative comprenant des établissements insalubres, dangereux et incommodes* do médico Máxime Vernois de 1860.²⁶ O tom afirmativo da escrita vem sublinhado por frases como, “este livro não discute, ensina, não aconselha, impõe”. Destinado à formação dos médicos higienistas e aos membros de comitês de higiene pública, seu autor pretende atingir também os administradores, donos de manufaturas e empresários fabris, de modo a alertá-los para as doenças provocadas pelas condições de trabalho.

É evidente em todos esses textos a aposta no poder transformador do conhecimento especializado e técnico a serviço do “progresso” e da “civilização”; não mais a serviço somente do “embelezamento” das cidades, mas também e principalmente, de sua “salubridade” (ROCHARD, 1888, p. 33). Neles perpassa uma certeza “científica”, alicerçada tanto na observação *in loco* como na comparação de resultados relatados em trabalhos anteriores por profissionais de vários países, com a finalidade declarada de deles “extrair as principais informações sobre as indústrias de várias regiões e os regulamentos e regimes impostos ao exercício de todas essas profissões”.²⁷ Constituem textos nos quais a avaliação de casos particulares e análise comparativa com outros casos semelhantes “diagnosticados” em outras cidades e em outros países definem um procedimento que se pode denominar de protocolar. Neles evidencia-se a constituição de um domínio comum de conhecimentos, a formação de um

²⁶ O *Traité d'Hygiène Industrielle et Administrative* foi publicado em Paris pela editora J. B. Baillièrre et Fils em 1860.

²⁷ Cf. o *Traité* do Dr. Máxime Vernois (nota 26), Préface, p. I-VI.

campo conceitual de ampla difusão e para o qual contribuem especialistas de diversas formações e de diversos países.

Em outros estudos de finais do século XIX, nos quais a teoria miasmática vai perdendo sua força a favor da teoria microbiana, e em escritos que avançam pelo começo do século XX, essa aposta e as afirmações altamente positivas apontam para a efetiva possibilidade de se inverter as condições sanitárias desfavoráveis das cidades por meio de intervenções amplas ou pontuais orientadas pelos conhecimentos teóricos e pelas técnicas modernas.²⁸ Segundo Rochard, tudo seria questão de “retificar o julgamento da alta classe da sociedade”, que considerava a saúde um luxo impossível para os pobres, e esclarecer as “classes trabalhadoras” de que não deviam ficar indiferentes às péssimas condições de vida. Seus objetivos eram explícitos: dobrar a resistência de uns e de outros e fazer deles aliados das autoridades públicas, que também elas deviam se dobrar frente aos benefícios colhidos pelo investimento no saneamento urbano (ROCHARD, 1888, p.10).

A aposta dos médicos higienistas na tecnologia manteve seu viés otimista ainda nas décadas iniciais do século XX momento em que seus parceiros, os engenheiros civis, já havia absorvido e traduzido em preceitos técnicos os pressupostos dos tratados de higiene. Quando as meras medidas técnicas se mostraram insuficientes para manter e melhorar as condições sanitárias das moradias e obter a colaboração dos habitantes, em particular, de sua parcela pobre, a psicologia social foi convocada para auxiliar a compor métodos capazes de erradicar os maus hábitos entranhados na população. A aposta na técnica – fosse da medicina, da engenharia, da arquitetura, da psicologia ou da sociologia – se manteve como vetor norteador dos planos urbanísticos e das iniciativas de autoridades e especialistas em intervenções nas cidades. Cabe aqui, entretanto, uma indagação: até onde se estendeu a aposta na tecnologia da parte dos profissionais detentores do saber especializado que, no século XX, chegaram ao limite de, ao projetarem cidades, dispensarem o espaço físico, o nível do terreno, colocando-as suspensas, tramadas no ar ou precipitadas nas entranhas da terra? Essa indagação, formulada por Argan em “Urbanismo, Espaço e Ambiente”, dialoga evidentemente com outro artigo seu “O Espaço

²⁸ Cito como exemplos *L'Habitation du pauvre* de autoria do Dr. O. du Mesnil, com prefácio de Jules Simon, Paris, Librairie J.-B. Baillière et Fils, 1890, no qual o nome do Dr. Jules Rochard aparece listado junto aos de Cheysson e Raffalovich como especialistas cujas conferências e escritos teriam acelerado o movimento para a melhoria das condições da moradia operária, e Charles Gide, *Le Logement et l'Hygiène*, Paris, Association pour l'enseignement de la coopération, 1924.

Visual da Cidade” no qual expressa dúvidas e incertezas quanto ao lugar ou a posição em que se posiciona o urbanismo contemporâneo:

Como disciplina que visa interpretar, estabelecer, reorganizar e finalmente programar para o futuro a conformação da cidade, o urbanismo está se separando cada vez mais de seu objeto, dir-se-ia até que aspira a destruí-lo. Ora propõe descentralizar, desarticular, desmembrar a cidade, transformando-a em uma inflorescência ou em uma constelação de pequenos aglomerados sociais, coordenados mas auto-suficientes, nenhum dos quais, entretanto, teria a estrutura, o caráter, a configuração da cidade; ora, num movimento apenas aparentemente contraditório, demonstra que o progresso tecnológico das comunicações permitirá chegar, no decorrer de alguns anos e de algumas décadas, a cidade de trinta, cinquenta milhões de habitantes. Essas duas perspectivas, naturalmente, têm por alvo enquadrar o mesmo fenômeno – a cidade – na civilização industrial; mas, na realidade, demonstram apenas que, no estado atual das coisas, a civilização industrial colocou em crise a concepção tradicional da cidade, mas ainda não conseguiu substituí-la por sua própria concepção. Com um rápido olhar pela vasta literatura urbanística, de fato, notamos facilmente que, quando ela não se limita a verificar a progressiva e rápida degradação das cidades atuais, imaginamos as cidades do futuro, como se a degradação das cidades dependesse do destino e não da nossa incapacidade de as conservar e como se a forma das cidades futuras dependesse de nós e não das gerações vindouras” (ARGAN, 1993, p. 225).

Com essas palavras, e em registro diverso ao de Joseph Rykwert mais voltado para a produção arquitetônica, Giulio Carlo Argan constatava, há trinta anos, terem as cidades fugido às delimitações básicas do urbanismo. Expunha sua visão crítica sobre o pensamento urbanístico numa seqüência de observações paralelas entre a disciplina e seu objeto, ambos perdendo de modo acelerado suas características e seus fundamentos. A disciplina urbanística, ainda prisioneira de fundamentos fincados no século XIX, como que perdida em meio ao crescimento contraditório da(s) cidade(s), corria sem rumo em busca de soluções paliativas para um fenômeno frente ao qual se mostrava pouco eficiente; a cidade ultrapassando qualquer projeção anterior do pensamento urbanístico mostrava uma face pouco aceitável e nada condizente com a racionalidade que deveria orientar sua permanência e expansão.

Menos que dúvidas pessoais, Argan expressou também, por meio dessas indagações, dúvidas alheias que parecem conduzir nos dias de hoje grande parte da prática de especialistas das cidades. Seu texto possui um viés

polêmico, sem, entretanto, abandonar a dimensão didática: deixa claro ser o urbanismo, “em substância, programação e projeto”. Expõe, em seguida, passo a passo o procedimento para estruturar um projeto: primeiro assume elementos científicos, pois efetua análises rigorosas sobre as condições demográfica, econômica, produtiva, sanitária e tecnológica dos agregados sociais; em seguida associa os componentes sociológico, político e histórico no estudo das estruturas sociais e de seus possíveis desenvolvimentos; finalmente, orienta opções tanto de caráter histórico ao colocar em perspectiva passado e futuro, como de caráter estético, ao determinar as estruturas formais. São dados que, alerta o autor, não devem ser combinados, porém resultar em algo próprio ao trabalho do urbanista, o plano, o “plano diretor”, a ser encarado, explica, em sua finalidade de orientar, não ser imposto ou traduzido em realidades construtivas.

Na base de sua argumentação radica a nítida certeza na decepcionante, por ineficaz, intenção de projetar a cidade para um futuro que não nos pertence. Intenção que reverte, diz, o procedimento adotado por levas de gerações anteriores que construíram palácios, catedrais, que se até hoje constituem limites para o planejamento urbano, foram na verdade construídos para as exigências de seus contemporâneos. “Trata-se, enfim, de uma herança, não de um planejamento”. E vai além, em crítica que perdura em escritos de urbanistas contemporâneos, tais como os já citados Bernardo Secchi e Joseph Rikwert, ao relacionar criticamente a atual prática da preservação como exigência de nossa cultura, ou seja, uma exigência e necessidade atuais, tão evidentes no modo pelo qual atribuímos a edifícios ou áreas revitalizadas ou reconvertidas significados diferentes dos que tinham ao serem construídos. A seu ver, essa prática constituiria atitude contrária a pensar o que deve ser preservado, conservado e transmitido enquanto valor histórico e valor estético, ambos indissolavelmente imbricados (ARGAN, 1993, p. 225-227).

Desse modo, Argan localiza a disciplina urbanismo no tempo presente, temporalidade saturada de historicidade, pois confere à noção de futuro um valor ético orientador da prática no presente, o que, por sua vez, comporta parte significativa de passado nas dimensões do edificado e do pensamento que o orientou. Na condição de urbanista, destaca a questão do “valor estético da cidade” como espaço visual aproximando-se, por via diversa, das observações críticas de Rykwert. Apóia-se em *The Image of the City* de David Lynch para

afirmar ser a cidade antes de tudo um impacto visual ou uma experiência estética. A ela ou aos seus dados visuais se atribui valor: os da comunidade ou os de uma elite de estudiosos em função do interesse da comunidade, já que, diz o autor, “o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos” (ARGAN, 1993, p. 228).

Em seu texto há, sem dúvida, a busca do reencontro da dimensão do indivíduo, do *ego* enquanto sujeito, da dimensão humana, do cidadão por ser elemento fundante da própria cidade.

Ao conferir à experiência – viver ou intervir na cidade – o peso maior da atribuição de significados ao espaço urbano e ao tempo que lhe é próprio, Argan adverte sobre o uso de “abstrações interessadas”, de noções, tais como “sociedade”, “comunidade”, “função urbana”, que levariam a considerar a cidade em que se mora como “máquina que deve realizar uma função”. Seriam, para ele, abstrações “que corroem em profundidade o conceito histórico de cidade, porque o afastam da experiência e, portanto, da consciência”. Ao transpor para a dimensão da cidade o estudo de Gaston Bachelard sobre a casa – a casa da infância como modelo pelo qual se constrói grande parte da psicologia individual no que diz respeito às idéias, às imagens profundas de espaço e tempo – Argan abre um amplo campo de significações da cidade específicas a cada um de seus habitantes. Essa experiência, inscrita entre o consciente e o inconsciente do habitante e reproduzida graficamente resultaria, a seu ver, em um quadro bem mais complexo do que o emaranhado de cores, traços e pontos de uma obra artística de Pollock, ainda que nele estivessem representados somente os trajetos executados por todos no intervalo de apenas uma hora. Esse emaranhado marcaria, entretanto, trajetos e pontos nodais constantes. Percursos que pouca semelhança guardariam com o percurso lógico ou necessário, daí previsível do urbanista. Esse estar na cidade se traduz no registro das imagens cotidianas e contém uma lógica – a do mapa do espaço-cidade e a do ritmo de tempo urbano – formada pelos trajetos de cada um de nós, durante os quais deixamos trabalhar a memória e a imaginação. Nada é gratuito ou puramente casual, diz ele.

Onde localizar e de que modo acompanhar esse emaranhado de percursos? Como estabelecer correlação entre percursos individuais e a prática de um grupo circunscrito de profissionais especializados e dedicado a intervir na cidade? Como colocar em diálogo essa lógica especializada e as individuais

ou mesmo a da maioria dos habitantes da cidade? Como entender essa difusão ampla e ampliada dos valores atribuídos à cidade? Mais ainda: qual o significado histórico, daí inscrito no presente, da atribuição de valor estético às cidades? Conferir-lhes identidade singular? Diferenciá-las simplesmente? Reduzi-las a uma essencialidade intrínseca? Argan faz em seguida uma afirmação categórica e, sem dúvida polêmica ao retomar um debate corrente entre os urbanistas da primeira metade do século XX sobre a necessidade de uma “análise psicológica”. A análise sociológica não poderia, a seu ver, ser efetuada seriamente sem tomar por base o “estudo da experiência urbana individual como princípio de qualquer pesquisa sobre os modos de vida urbana de uma sociedade real” (ARGAN, 1993, p. 233).

Esse conjunto de indagações desemboca em questões semelhantes enfrentadas por Anne Cauquelin, no início da década de 1980, e mais recentemente por Pierre Ansay (Cf. CAUQUELIN, 1982 e ANSAY, 1989). Ansay propõe restabelecer o vínculo originário entre o pensamento filosófico e a cidade e percorre um caminho interessante. Sua preocupação se volta para o afastamento, quando não a ruptura do pensamento filosófico com seu solo originário, a cidade. Afastamento que redundou em empobrecimento do pensamento filosófico e teria levado o pensamento relativo à cidade a perder suas raízes cidadãs (ANSAY, 1989).

O percurso de Cauquelin traz elementos para nossas indagações e, tal como Argan havia feito dez anos antes, centra-se na preocupação de entender a relação e a interação do cidadão com sua cidade. Em *Essai de philosophie urbaine*, Cauquelin esboça os *a priori* da apreensão do espaço urbano, ou seja, “as regras implícitas que orientam as práticas e as representações que uma dada sociedade”, que a seu ver estariam expressas de modo mais evidente na cidade. Essa proposta, diz a autora, decorre de suas leituras das teorias urbanas – fenomenológicas, sociológicas ou econômicas – que deixariam de lado as noções fundamentais da questão urbana e desenhariam os limites específicos dentro dos quais a reflexão sobre a cidade deveria se dar. Em sua proposta de leitura da cidade sobressai a preocupação manifesta sobre a distância entre duas instâncias: o saber e a prática dos especialistas em intervenções urbanas e o modo pelo qual o cidadão se apropria da e vive na cidade. O domínio da técnica com seu extenso estoque de modelos, estilos de vida e de monumentos teria assumido, para a autora, um caráter tão dominante no saber e no fazer

dos arquitetos-urbanistas que resultara no quase apagamento das diversas dimensões implicadas no ato de construir, para além da listagem de formas de construir dos tempos passados.

Tempo, temporalidade e cronologia, memória e opinião, criação e imaginação, anamorfose, são noções que compõem o campo conceitual agenciado por Cauquelin ao elaborar o que denomina “imagem cultural”; tema sobre o qual se detém no intuito de “mostrar por que caminhos esta imagem cifrada se constrói, ganha amplitude, e brilha, com um lampejo ‘cultural’ alimentado pelo mito, por palavras e escritos, cruzando figuras e acumulando pontos de passagem entre a realidade e a ficção, e construindo, à sua maneira, a realidade daquilo que envolve”. Seu *Essai* mereceu críticas, por ela mencionadas, dos que viram em sua preocupação de devolver o “corpo simbólico” às cidades uma apologia das “catástrofes, da miséria, da insalubridade”, motivos de contemplação estética, em suma (CAUQUELIN, 1982, p. 182-191). A nosso ver, Cauquelin dá imensa importância à experiência de se viver em ambiente urbano, às formas pelas quais os cidadãos “constroem” seu território, se identificam com seu bairro e com sua cidade.

No Brasil, os estudos de Otilia Arantes carregam também elevada dose de críticas à arquitetura e ao urbanismo contemporâneos (pós-modernos); críticas por vezes irreverentes e mordazes, outras vezes extremamente desesperançadas. Tomamos um de seus ensaios – “Urbanismo em Fim de Linha” (ARANTES, 1998, p. 131-142) – no qual coloca lado a lado a magnitude das propostas dos “modernos” perante a “modéstia” ou pobreza dos que se lhe seguiram:

Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade, como se sabe considerada pelos modernos a mais acabada expressão da organização racional do espaço habitado coletivo – a um só tempo trunfo da modernização capitalista e prefiguração da socialização que ela parecia antecipar –, as intervenções urbanas vem se dando de forma pontual, restrita, por vezes intencionalmente modesta, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais. Em nome dessa fraseologia da modéstia a todo o custo, chega-se até mesmo a advogar a causa surpreendente de um urbanismo anárquico ou a fazer a apologia da cidade caótica, plural como uma colagem, fragmentária, *soft*, etc. Cabe perguntar se não se está substituindo a ideologia do *plano* por uma outra, a ideologia da diversidade, das identidades locais, em que os conflitos são escamoteados por uma espécie de estetização do heterogêneo, recoberto pela transformação da superfície desencantada [cita Weber]

das nossas cidades em cenários fascinantes de uma sociabilidade viva que há muito tempo deixou de existir, em virtude justamente desse traço desertificante da modernização.

Sua crítica mais contundente dirige-se ao que designa por “desenho urbano” que, ao substituir o planejamento, implicava, a seu ver, no “estreitamento das possibilidades de mudança real [...] que reflete a espécie de renúncia a que obrigou a *débâcle* irreversível do Movimento Moderno”. A autora não nega a importância de tornar as cidades mais “convidativas” ao prazer estético do bem viver dos Antigos, mas sublinha o dever social de utilizar os meios técnicos à disposição para melhorar as condições de vida dos centros metropolitanos. A ênfase pessimista de sua análise recai na expansão descontrolada da urbanização, num momento em que no Brasil mais de 70% da população pobre já residia nas cidades e com a previsão de que, no ano 2000, mais da metade do planeta estaria empilhada em megalópoles. Com Arantes retornamos a uma atitude crítica em cujo centro se encontram o cidadão e as técnicas disponíveis para as intervenções. Para ela, essas técnicas poderiam ser orientadas por princípios que buscassem “consertar sem destruir, refazer sem desalojar, reciclar, restaurar, criar a partir do que está dado, respeitar a sedimentação dos tempos diferentes, reatando e rejuvenescendo os vínculos com a tradição, enfim construir um ‘lugar’ [...] devolvendo-lhe a dignidade, [...] o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido”. Uma intervenção, diz Arantes, em obediência à teoria da “metástase benigna, na expressão de Bohigas, que viesse requalificar o entorno – *ipso facto*, a relação das pessoas com o seu espaço e entre elas”.

O texto traz a preocupação da autora perante a falsa devolução da cidade ou de determinados trechos degradados e requalificados aos seus antigos moradores. Considera mesmo altamente excludentes essas iniciativas que pretensamente mantêm a história da cidade, mas na verdade torna os prédios e bairros requalificados inacessíveis aos moradores mais pobres. Em outras palavras, pode-se dizer se tratar efetivamente de processos de *gentrification* que tornam esses espaços requalificados “bairros nobres”, redutos de pessoas capazes de arcar com o preço, no caso, altamente valorizado, do mercado imobiliário. Sua crítica nos convida, exige mesmo, uma reflexão sobre os resultados das “intervenções racionais”, aquelas que, desde a primeira metade do século XIX apostaram na técnica e apoiadas em seus preceitos chegaram ao “urbanismo” do século XX, com seus objetivos de fazer das cidades um

ambiente racionalmente organizado e previsível. Ao avançar na análise das intervenções pós-modernas no “desenho urbano”, Arantes mostra-se bastante apreensiva com a nova aposta na técnica, e nela identifica uma dimensão perversa: a cidade projetada enquanto imagem para e pela mídia e para os turistas, na qual as preocupações com questões sociais prementes são deslocadas para um segundo plano.

Otília Arantes não trabalha um recorte limitado a uma cidade brasileira ou ao Brasil. O exemplo de maior impacto ela colhe em Paris onde o congelamento da cidade redundou em “uma forma eficiente de evitar a invasão dos imigrantes e da população de baixa renda que as torres estavam de certo modo estimulando” e valorizou de tal modo os imóveis “requalificados” no fluxo da “voga preservacionista”, que os tornou inacessíveis aos seus antigos moradores.

Sua análise do processo de congelamento de partes das cidades ou da requalificação de edifícios e bairros, quase sempre resultando em uma reocupação seletiva, aproxima-se da avaliação crítica dos recortes espaciais de Paris feita por Jacques Donzelot que vê a cidade e seus subúrbios claramente recortados segundo padrões de renda e ocupações profissionais, redundando em uma cidade com “três velocidades”. A dos *grands ensembles* ou *villes nouvelles*, construídas a partir da aposta da parte das autoridades governamentais na capacidade da inovação técnica para aproximar pessoas de diversas gradações sociais. Aposta fracassada, já que hoje se constituem áreas degradadas, ocupadas pelos imigrantes e seus descendentes, onde parcela preocupante da juventude se encontra perigosamente envolvida com o tráfico de drogas e atividades ilegais e criminosas; bairros em que as pessoas ao voltar do trabalho se fecham em casa, como que movidos por um toque de recolher informal, fruto do medo e de um acordo tácito com a criminalidade. A segunda seria a formada pelos bairros *périurbains*, afastados, mas ainda nas cercanias da cidade, nos quais profissionais qualificados buscaram a comodidade e o conforto quase impossível de se encontrar em Paris. São pessoas que se mantêm obrigatoriamente em movimento, se deslocam de carro para o trabalho e demais atividades cotidianas, e exercem uma certa vigilância de vizinhança que assegura um isolamento sem muros. E por último, a do centro antigo, como o Marais e a Île Saint Louis, designada por Donzelot pela expressão *le retour en ville*, bairros que acolhem os privilegiados moradores em áreas tombadas, nas quais só são permitidas ações de requalificação não modificadoras das fachadas. Nelas profissionais

e executivos altamente qualificados dispõem de um *entre-soi sélectif*; podem até percorrer a pé a distância entre moradia e trabalho, tal como seus filhos fazem o trajeto de casa para suas escolas; área sem muros de defesa, tendo como segurança os altos preços dos imóveis e dos serviços disponíveis, e cujos moradores se deslocam em alta velocidade nos traslados por avião e por meio dos equipamentos mais avançados da informática. Paris, uma das várias cidades da globalização, cidade dividida, excludente, que simultaneamente alimenta a violência e procura mantê-la segregada (DONZELOT, 2004).

Registros desse desconforto em relação aos “novos” problemas vivenciados pelos habitantes das grandes cidades são inúmeros e extensivos à boa parte da Europa, e às três Américas, para ficarmos com essa delimitação de espaço e cultura. Contudo, esse já longo percurso pela avaliação crítica das atuais condições da vida urbana e pelas questões colocadas como desafio aos urbanistas frente ao descompasso entre a intenção racionalizadora do urbanismo e da higiene urbana, da qual recolhe noções e monta seu próprio campo conceitual, e o descontrole evidente da expansão urbana, indica a universalidade dos problemas, do desconcerto e da crítica.

CITIES AND URBANISM:

A POSSIBLE HISTORIOGRAPHICAL ANALYSIS OF THE TOPIC

ABSTRACT

It's already become a common-place to regard the contemporary cities as violent and unsuitable for living, if not outright degraded, whenever they are compared with the situation prevailing in a previous period, often not that far behind in time. The inhabitants' everyday experience faces serious problems which have to be dealt with. The violence and other kinds of turmoil experienced by citizens going back and forth from home to work constitute part of the negative side of living in big cities. Urbanism scholars and other specialists in urban questions, on the one hand, continuously misrepresent, by turning it on its head, the original meaning of the practices of intervention, reshaping and re-urbanization of previously established areas, and of the urbanizing processes of new areas as well. This article aims at identifying the stances taken in many of the critical analyses of the gaps between the proposals and the effective efforts to implement them, and of the gaps between the specialized knowledge possessed by the urban planners and the expectations of the cities' inhabitants.

KEY-WORDS: *Citizenship. City. Planning. Techniques. Urbanism.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSAY, P. Approches et enjeux de la philosophie de la ville. In: ANSAY, P.; SHCOONBRODT, R. **Penser la ville. Choix de textes philosophiques**. Bruxelas: AAM, 1989. p. 23-51.

ANSAY, P.; SCHOONBRODT, R. **Penser la ville. Choix de textes philosophiques**. Bruxelas: Aux Archives d'Architecture Moderne, 1989.

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BÉGUIN, F. As maquinarias inglesas do conforto. **Espaço & Debates**, n. 34, p. 39-54, NERU, 1931.

CALABI, D. **Storia dell'urbanistica europea. Questioni, strumenti, casi esemplari**. Turim: Paravia Brumo Mondatori Editori, 2000.

_____. **Il "male" città: diagnosi e terapia**. Didattica e istituzioni nell'urbanistica inglese Del primo '900. Roma: Officina Edizioni, 1979.

CAUQUELIN, A. **Essai de philosophie urbaine**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

DONZELOT, J. La ville à trois vitesses: relégation, périurbanisation, gentrification. **Esprit**, n. 300, p. 14-39, março-abril de 2004.

DYOS, H. J.; REEDER, D. A. Slums and Suburbs. In: DYOS, H. J.; WOLFF, M. **The Victorian City**. Images and Realities. v. I. London; Boston: Routledge and Kegan Paul, 1975. p. 359-386.

DYOS, H. J.; WOLFF, M. **The Victorian City**. Images and Realities. 2 vols. London; Boston: Routledge and Kegan Paul, 1975.

MORACHIELLO, P.; TEYSSOT, G. (Coord.). **Le macchine imperfette**. Architettura, programme, istituzioni, nel XIX secolo. Roma: Officina Edizioni, 1980.

PARENT-DUCHATELET, A.-J.-B. **Hygiène Publique ou Mémoires sur les questions les plus importantes de l'Hygiène appliqués aux professions et aux travaux d'utilité publique**. Paris: J.-B. Baillière, 1836.

ROCHARD, J. **Traité d'Hygiène Sociale**. Paris: Adrien Delahaye et Emile Lécrosnier, Editeurs, 1888.

ROCHARD, J. (Directeur). **Encyclopedie d’Higiène et de Médecine Publique**. Tome Troisième. Paris: Lecrosnier et Babé, Libraires-Editeurs, 1891.

RYKWERT, J. **A sedução do lugar. A história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALGADO, I. Pierre Patte e a cultura urbanística do Iluminismo francês. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, n. 38 – Série Urbanização e Urbanismo, julho-dezembro 2003.

SECCHI, B. **Première leçon d’urbanisme**. Marselha: Éditions Parenthèses, 2006. (Ed. Laterza & Figli, 2000)

WOHL, A. Unfit for Human Habitation. In: DYOS, H. J.; WOLFF, M. **The Victorian City**. Images and Realities. v. II. London; Boston: Routledge and Kegan Paul, 1975. p. 603-667.